

**Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes
en América Latina**
Iniciativa para la Erradicación del Racismo en la Educación Superior
Colección Apuntes Nro. 7 [01 -05-2019]

Por uma educação antirracista nas universidades

Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara) ⁱ

A ideia de democracia racial ainda povoa o imaginário nacional brasileiro, favorecendo a reprodução do racismo que historicamente tem estruturado a sua sociedade. Por conseguinte, a maioria da sua população não se considera racista e, em geral, não vê relação entre desigualdade econômica ou de classe social e desigualdade racial. Apesar disso, diferentes pesquisas apontam que o racismo está profundamente relacionado às causas da violência, do analfabetismo e do desemprego, dentre outras mazelas sociais igualmente presentes em outros países da América Latina.

Observa-se também que as relações étnico-raciais são cotidianamente marcadas por situações de preconceito, de discriminação e de intolerância. Aversão e perseguição às religiões de matriz africana, o desprezo e a desvalorização das línguas indígenas são alguns exemplos dessas situações. Tais exemplos servem para demonstrar como a sociedade brasileira ainda se pensa como nação fundada na ideia de uma única matriz étnica (europeizada). Com isso, a diversidade de sua realidade étnico-racial é negada, não se reconhecendo a existência ou relegando aqueles que não se enquadram no modelo nacional imaginado à condição marginalizada de cidadãos de segunda categoria.

Diante desse cenário, a universidade tem um importante papel a desempenhar na perspectiva de superação do racismo. Neste sentido, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão deve estar comprometida com a transformação social e cultural da sociedade em que ela está inserida. Para tanto, é preciso educar para as relações étnico-raciais com vistas à promoção da equidade, da justiça social e dos direitos humanos. Este deve ser um compromisso ético e político desta instituição no cumprimento de sua função social.

Por isso, a instituição universitária deve adotar internamente ações que revertam o racismo institucional do qual ela é uma das expressões, pois, afinal, tem se constituído historicamente como lugar das elites brancas. Não por acaso, ao longo do tempo, negros, indígenas e outros coletivos socioculturais diferenciados foram excluídos do ambiente acadêmico não só no Brasil, mas também em outros países latino-americanos. É preciso dizer que esta herança colonialista está na origem dos índices de desigualdade que tem caracterizado a região.

Há que se falar, portanto, de uma dívida histórica destas sociedades em relação aos direitos de uma significativa parcela de suas populações, pois a negação do direito à educação compromete o acesso a outros direitos. Sendo assim, a educação superior apresenta-se como estratégica para a garantia dos direitos humanos e para a consolidação dos projetos de bem viver dos coletivos socialmente subalternizados, a exemplo dos negros e indígenas.

Vale lembrar, neste sentido, que afrodescendentes e indígenas representam cerca de 40% da população da América Latina. No Brasil este número, considerando apenas os negros, ultrapassa os 50%, ao se somar o número de pessoas que se reconhecem como pretos e pardos. Este dado faz com que o País seja considerado o segundo em maior população negra no mundo. Já os indígenas, embora representem apenas 0,4 % do total da população, destacam-se por sua diversidade étnica e de línguas ainda faladas. Afinal, são 305 etnias falantes de aproximadamente 200 línguas nas diferentes regiões do território nacional.

Dada a realidade social extremamente desigual destes países, resta como desafio democratizar o acesso e a permanência dos indivíduos e grupos excluídos nas universidades. É preciso, então, democratizar a universidade e torná-la pertinente em relação à diversidade sociocultural dos países latino-americanos para que ela se torne, efetivamente, promotora dos direitos humanos e lugar de superação do racismo.

As presenças negras e indígenas na democratização da ES

É no enfrentamento ao modelo elitista e excludente de universidade que, nas duas últimas décadas no Brasil, foram adotadas políticas públicas de cunho nacional que visaram a democratização da educação superior. Neste contexto houve a expansão e a interiorização da rede federal de ensino; a criação de políticas de cotas e/ou reservas de vagas para segmentos de baixa renda e com recorte étnico-racial, a criação de programas voltados para a permanência de estudantes cotistas e, dentre outras, a criação de universidades federais, sendo uma delas com foco na integração latino-americana e outra na lusofonia afro-brasileira.

Estas ações fizeram parte de uma agenda do governo brasileiro que visava, primeiro internamente, promover o crescimento e o fortalecimento da educação superior nas regiões economicamente menos desenvolvidas do País e, sobretudo, nas cidades do interior. Em segundo lugar, no que se refere à política externa, a criação de duas universidades pensadas na perspectiva de cooperação internacional solidária e de promoção da interculturalidade se constituiu em iniciativas de reconstrução das relações entre países da América Latina e da África lusófona.

É preciso dizer que estas políticas e programas de caráter afirmativo foram manifestamente concebidos como forma de enfrentamento às persistências dos processos históricos de exclusões socioeconômicas, regionais, de raça e de etnia. Desse modo, a questão étnico-racial foi oficialmente reconhecida, na agenda pública do estado brasileiro, como um fator de desigualdade. Pela primeira vez foram criados lugares de enfrentamento ao racismo na administração pública, como por exemplo, no âmbito federal, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em

2003, com status de ministério, e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) em 2004 no Ministério da Educação. Além disso, em diversas universidades passaram a ser criadas também unidades de gestão de políticas de ações afirmativas.

Não custa lembrar que estas iniciativas resultam das lutas dos movimentos sociais organizados e da abertura política instaurada pelo diálogo com o governo em espaços de participação social. Como consequência, no campo da educação superior, de maneira geral, pode se dizer que houve uma mudança no perfil dos estudantes com uma maior presença da diversidade cultural, étnica-racial e de setores da população nacional menos favorecidos economicamente.

Todavia, este cenário promissor de enfrentamento das desigualdades educacionais se depara, atualmente, com os reflexos da crise econômica global e seus rebatimentos na crise política interna que resultaram nas determinações legais de restrições dos gastos públicos – neles incluídos a educação – e nas orientações ideológicas que se posicionam de forma contrária à manutenção da educação superior como um bem público e gratuito no País.

Especificamente em relação às ações afirmativas para negros e indígenas na educação superior, os discursos contrários voltam a ocupar a cena pública, sobretudo nas vozes dos dirigentes políticos. O paradigma da mestiçagem, comum a outros países latino-americanos, passa novamente a ser acionado por agentes dos poderes públicos e setores da sociedade brasileira para fazer críticas a essas ações. Argumentos de que tais políticas dividem o país – pressupondo uma suposta igualdade jurídica de todos os brasileiros independentemente da cor ou do seu pertencimento étnico – ganham evidência ao lado da defesa da “meritocracia” como forma de acesso às universidades. Afinal, como disse recentemente um ministro da educação no País, as universidades não seriam para todos e deveriam ser reservadas apenas para uma elite intelectual.

Sendo assim, apesar dos avanços obtidos nas políticas adotadas com o objetivo de diminuir o fosso existente entre os níveis de escolaridade da população branca e dos autodeclarados negros e indígenas, estes últimos ainda permanecem como

minorias nas universidades. Mesmo nos cursos por eles mais acessados, continuam sendo subrepresentados em relação aos grupos sociais tradicionalmente mais escolarizados.

Como consequência, são inúmeros os casos de preconceito e de discriminação em relação aos estudantes negros e indígenas em cursos de graduação e de pós-graduação. É possível dizer que isto demonstra a persistência de um modelo hierárquico de organização da sociedade no qual eles são vistos como não tendo o direito de pertencer ao espaço acadêmico.

A urgência de uma educação antirracista

O Brasil ainda é um dos países mais injustos e desiguais do mundo. Assim também é o seu sistema de educação superior, apesar dos avanços obtidos no seu processo de democratização iniciado recentemente. Por isso, é preciso compreender que democratizar não é apenas promover as oportunidades de acesso como a ampliação do número de matrículas, mas é sobretudo educar nos fundamentos de construção da própria democracia. Equidade, igualdade, sustentabilidade, laicidade, cidadania, diversidade, dentre outros, devem ser os valores sobre os quais é necessário se assentar um projeto educativo comprometido com a justiça social e os direitos humanos. Para o êxito deste projeto é preciso mais do que a ação das escolas e das universidades. Devem também estar comprometidas todas as instituições dos demais setores da sociedade.

De todo modo, concordando com o provérbio africano de que para educar uma criança será preciso uma aldeia inteira, entendo que a universidade não pode tudo sozinha. Apesar disso, deve haver um compromisso social das instituições universitárias com as questões locais e de seu tempo, destacando-se, neste sentido, a urgência das ações de superação do racismo.

É pensando nestas questões no contexto latino-americano que a **III Conferência Regional de Educação Superior (CRES 2018)** e os seus desdobramentos têm chamado a atenção para o relevante papel das políticas de educação superior e suas diversas

instituições. Em seu Plano de Ação estão princípios, objetivos, metas e estratégias indicativas que orientam atores sociais e instituições para o cumprimento desse compromisso, merecendo destaque as contribuições formuladas no âmbito do Eixo Temático **Educação Superior, Diversidade e Interculturalidade na América Latina**. Com vistas a desmontar os mecanismos do racismo estruturante e estruturador existente na universidade, as proposições do referido Eixo Temático indicam que, a partir da autonomia universitária, será preciso pôr em marcha ações desenvolvidas no âmbito da sua gestão, ensino, pesquisa e extensão.

As proposições deste eixo temático devem ser articuladas aos demais lineamentos do Plano de Ação da CRES 2018 que colocam a universidade em posição estratégica na construção da consciência crítica latino-americana, visando o fortalecimento dos seus ainda recentes e frágeis processos democráticos em curso, bem como a busca pela garantia de direitos humanos na região.

Outra importante frente de atuação contra o racismo e de promoção da interculturalidade foi a criação, em 2018, da **Cátedra Unesco “Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes”** que se propôs a desenvolver até 2021 a **Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior**. Essa iniciativa insta as instituições de educação superior da América Latina a contribuir com a erradicação de todas as formas de discriminação racial, em especial o racismo que afeta as pessoas indígenas e afrodescendentes e as suas comunidades. Desse modo, a Cátedra e sobretudo a Iniciativa, em colaboração com docentes e pesquisadores ligados à educação superior – sejam eles indígenas e afrodescendentes ou não – assumem o compromisso de sensibilizar e mobilizar as instituições de educação superior para o desafio de não apenas incluir, mas de se transformarem a fim de que se tornem pertinentes com a diversidade sociocultural dos locais em que se encontram. Para isso, o enfrentamento ao racismo e a todas as demais formas de discriminação deve se traduzir em ações com efeitos a curto, médio e longo prazo.

Neste sentido, as universidades brasileiras podem colaborar para o alcance dos objetivos e metas propostas por estas iniciativas, não só através de ações

experienciadas localmente, mas também daquelas apreendidas de outros lugares da América Latina. É importante dizer que estas universidades contam com marcos normativos que dão fundamento legal às suas ações no campo de uma educação antirracista. Em 2003 e, posteriormente, em 2008, a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi modificada instituindo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas nos currículos da educação básica por meio da publicação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Em decorrência disto, foram desencadeadas ações, sobretudo no plano normativo, com o fito de promover a sua implementação. Assim, em 2004, o Conselho Nacional de Educação instituiu as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Em 2015 foi a vez das **Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica**. Importa destacar que estas normativas têm rebatimentos diretos na educação superior, principalmente nos cursos destinados à formação de professores. Assim, deve-se dar relevo ao fato de que elas fazem parte do conjunto de ações afirmativas que visam promover o reconhecimento das presenças negra e indígena na formação da identidade nacional como contraponto ao ideário mestiço que historicamente tem buscado relegar a diversidade étnico-racial brasileira a uma condição transitória.

Todavia, o cenário político e econômico atualmente em voga no País é pouco promissor no tocante à continuidade e ao aprofundamento deste conjunto de ações. Isto tem se verificado tanto no que se refere aos cortes nos investimentos públicos para a educação superior, quanto nas tentativas de cercear os princípios e finalidades da educação inspirados na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Por conseguinte, tem-se observado movimentos recentes de ameaças ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas previsto na própria LDB.

Diante de um cenário como o brasileiro – que apresenta semelhanças com outros da América Latina –, o desafio posto pelas ações propostas pela CRES 2018 e pela Cátedra da Unesco é então associado ao ato de repensar o modelo de sociedade que se quer. Se se pretende ter justiça social e respeitar as diferenças que constituiriam uma sociedade democrática, pluriétnica e culturalmente diversa ou se, em nome de certas compreensões de progresso e de desenvolvimento, estas pluralidades e diversidades devem ser ignoradas em seus direitos, especificidades e necessidades. Num tempo em que os preconceitos e intolerâncias estão cada vez mais em evidência, é importante a gente parar para pensar sobre estas questões.

Leituras Complementares Sugeridas

NASCIMENTO, Rita Gomes do. Democratização da Educação Superior e a Diversidade Étnico-Racial no Brasil. MATO, Daniel (coord.). *Educación superior, diversidad cultural e interculturalidad en América Latina*. Caracas: UNESCO-IESALC, 2018. https://www.academia.edu/36915053/Democratiza%C3%A7%C3%A3o_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Superior_e_a_Diversidade_%C3%89tnico-Racial_no_Brasil

MATO, Daniel. Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes em América Latina. Interpelaciones, avances, problemas, conflictos y desafíos. Daniel Mato (coord.) *Educación Superior y Pueblos Indígenas en América Latina. Experiencias, interpelaciones y desafíos*. Sáenz Peña (Pcia. de Buenos Aires): EDUNTREF y México: UNAM. <http://untref.edu.ar/sitios/ciea/wp-content/uploads/sites/6/2015/08/5-1.pdf>

FLACSO. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. Cadernos do GEA. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016. http://flacso.org.br/?page_id=7970&publication-type=115

CRES 2018. Conferência Regional de Educação Superior da América latina e Caribe. <http://www.cres2018.org/biblioteca>

LACED. Laboratório de Pesquisas sobre Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento. Museu Nacional/UFRJ. <http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/acervo/livros/>

(Rita Potyguara): Indígena do Povo Potyguara (Brasil). Doutora em Educação. Desde de 1998 é professora da Secretaria de Educação Básica do Ceará. De 2012 a 2019 exerceu cargos de direção no Ministério da Educação no âmbito das políticas educacionais para indígenas, afrodescendentes e outras minorias. De 2010 a 2016 foi conselheira do Conselho Nacional de Educação, tendo sido relatora de diversas normativas da educação nacional, especialmente para a Educação Escolar Indígena. Possui experiência docente e de coordenação acadêmica, atuando desde 2001 como colaboradora em projetos de formação de professores na Universidade Estadual do Ceará. Desde 2012 tem participado de espaços voltados para o tema da educação superior, povos indígenas e afrodescendentes na América Latina e Caribe, como os seminários da Red Inter-universitaria Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes em América Latina (Red ESIAL). Foi colaboradora nas atividades ligadas ao Eixo Temático “Educación Superior, Diversidad Cultural e Interculturalidad” da III Conferência Regional de Educação Superior (CRES 2018). É membro do Conselho Assessor Internacional da Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes em América Latina. É autora de artigos publicados em periódicos especializados e em livros, alguns deles apoiados pela UNESCO-IESALC e UNTREF.